



Desarrollo Rural EXPLORACIONES

46

*A gestão pública das águas e
os conflitos territoriais na
Bacia Hidrográfica do rio
Paraguçu*

Créditos

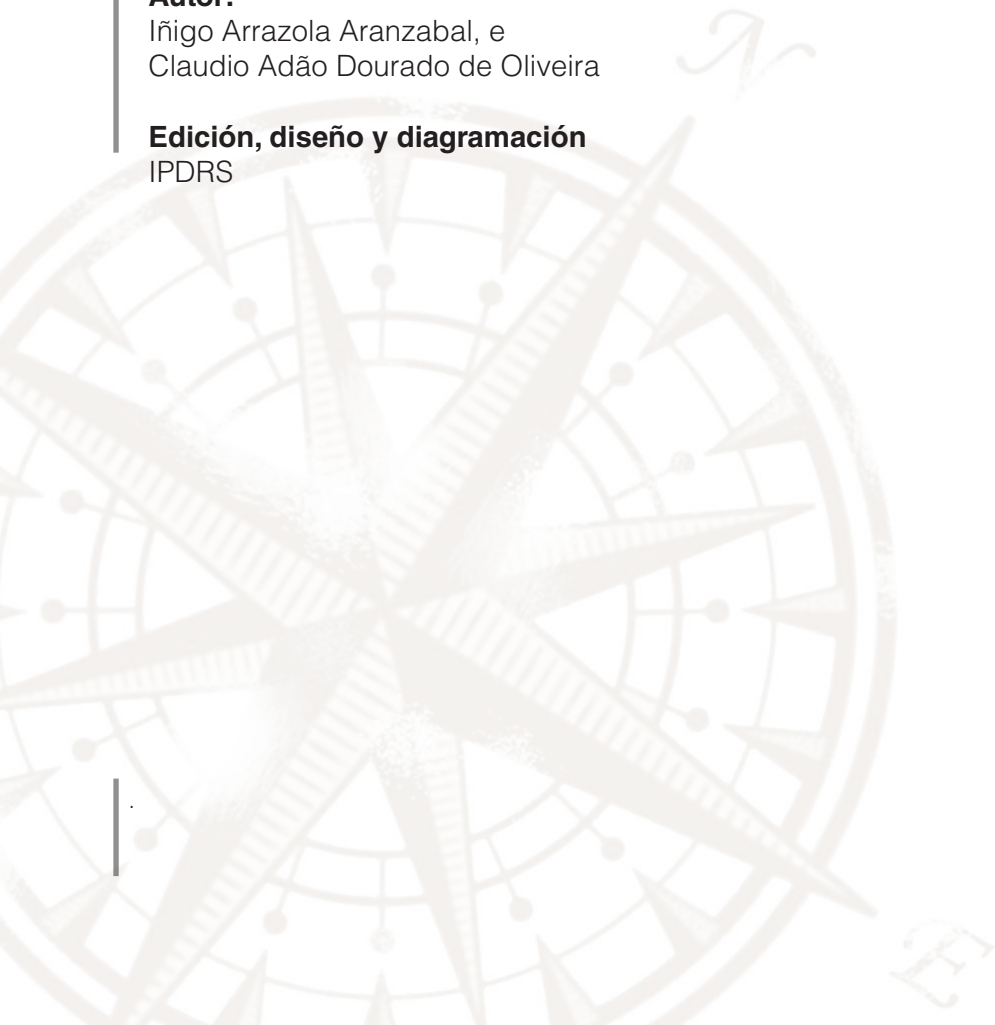
Rio de Janeiro, Brasil, octubre de 2019

Autor:

Iñigo Arrazola Aranzabal, e
Claudio Adão Dourado de Oliveira

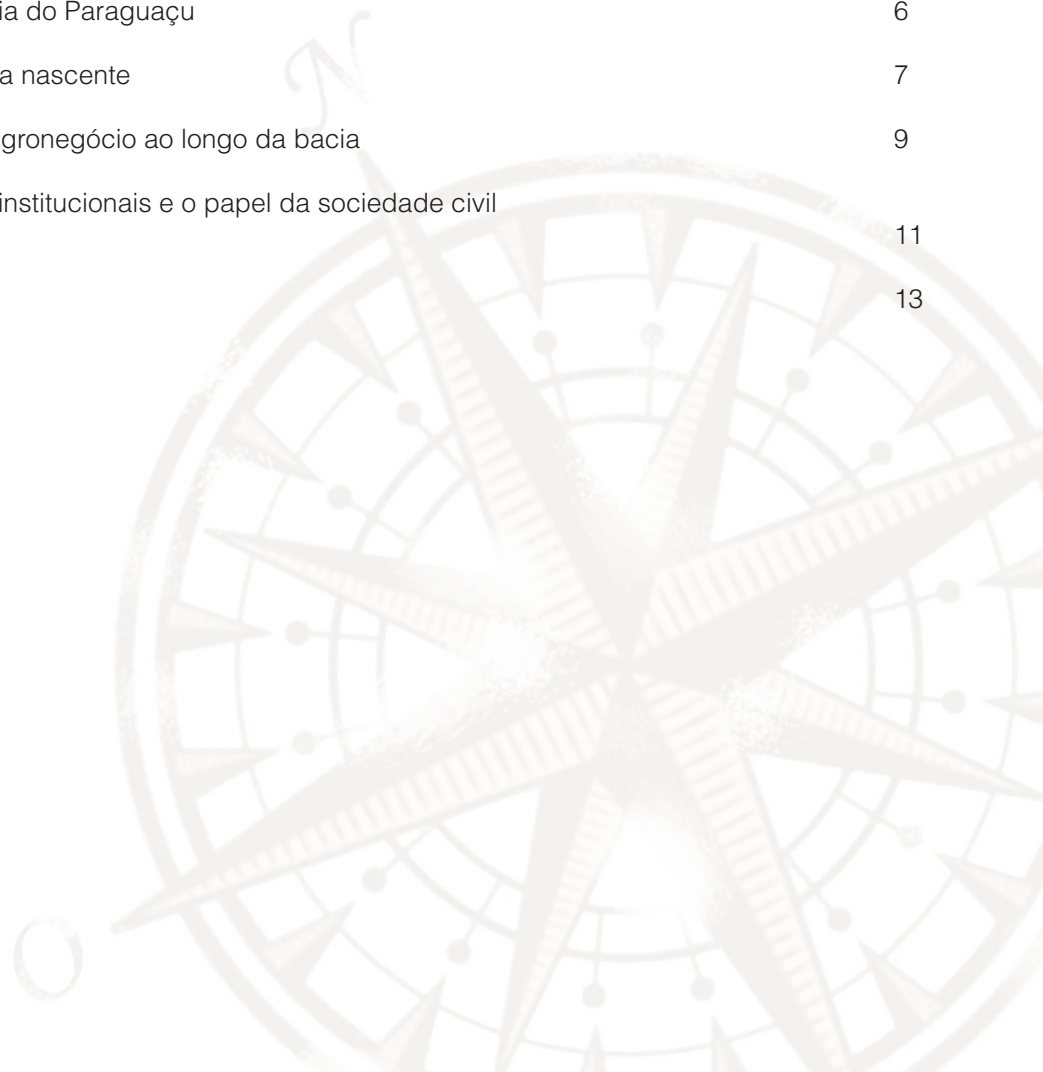
Edición, diseño y diagramación

IPDRS



Índice |

Introdução	5
Contexto da Bacia do Paraguaçu	6
O agronegócio na nascente	7
A expansão do agronegócio ao longo da bacia	9
Os mecanismos institucionais e o papel da sociedade civil organizada	11
Referências	13



A gestão pública das águas e os conflitos territoriais

na Bacia Hidrográfica do rio Paraguaçu

Por Iñigo Arrazola Aranzabal Mestre em Desenvolvimento Territorial Rural pela Flacso, Quito - Equador e Claudio Adão Dourado de Oliveira Antropólogo pela Universidade Salesiana de Quito e Pós graduado em Direito

Introdução

O rio Paraguaçu é um dos rios mais importantes da Bahia. Sua nascente se situa na Chapada Diamantina, conhecida também como a 'caixa d'água da Bahia', e percorre um trajeto de mais de 600 km até culminar na baía do Iguape, no recôncavo baiano. O rio tem servido de eixo fundamental no desenvolvimento histórico do Estado. Na sua foz encontram-se cidades como Cachoeira, antigo ponto estratégico para a colonização do interior. Paraguaçu significa rio imenso na língua tupi, e na atualidade, em seu entorno podem-se encontrar povos e comunidades tradicionais marisqueiras, pescadoras, camponesas, quilombolas, ribeirinhas e indígenas que dependem de suas águas para sua reprodução.

Estes povos se encontram também distribuídos pela área que compreende a Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu, com mais de 150 afluentes. O artigo

pretende oferecer uma perspectiva do processo de expansão do agronegócio ao longo da bacia e de suas consequências para os atores locais nas últimas décadas. O documento é construído a partir do trabalho de campo realizado com a Caravana do Paraguaçu, uma iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cáritas Diocesana de Ruy Barbosa, Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), o Movimento dos Sem Terra (MST) e o Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA), Movimento de Pequenos Pescadores (MPP) e outras organizações, movimentos sociais, ambientalistas e sociedade civil comprometidos com a defesa dos direitos territoriais. A Caravana percorreu o rio desde o Recôncavo até a Chapada com a intenção de visibilizar os conflitos causados pela

apropriação e contaminação das águas por parte de

empresas, o Estado e os grandes projetos instalados na Bacia. Durante seu trajeto, a Caravana colocou em diálogo pessoas pertencentes a diferentes partes da bacia para compartilharem suas experiências, problemas e lutas. O texto oferece assim um relato deste caminho, focado nos conflitos gerados pela consolidação do agronegócio em diferentes partes da bacia e nos problemas que a apropriação privadas das águas gera para a reprodução das comunidades e povos.

Contexto da Bacia do Paraguaçu

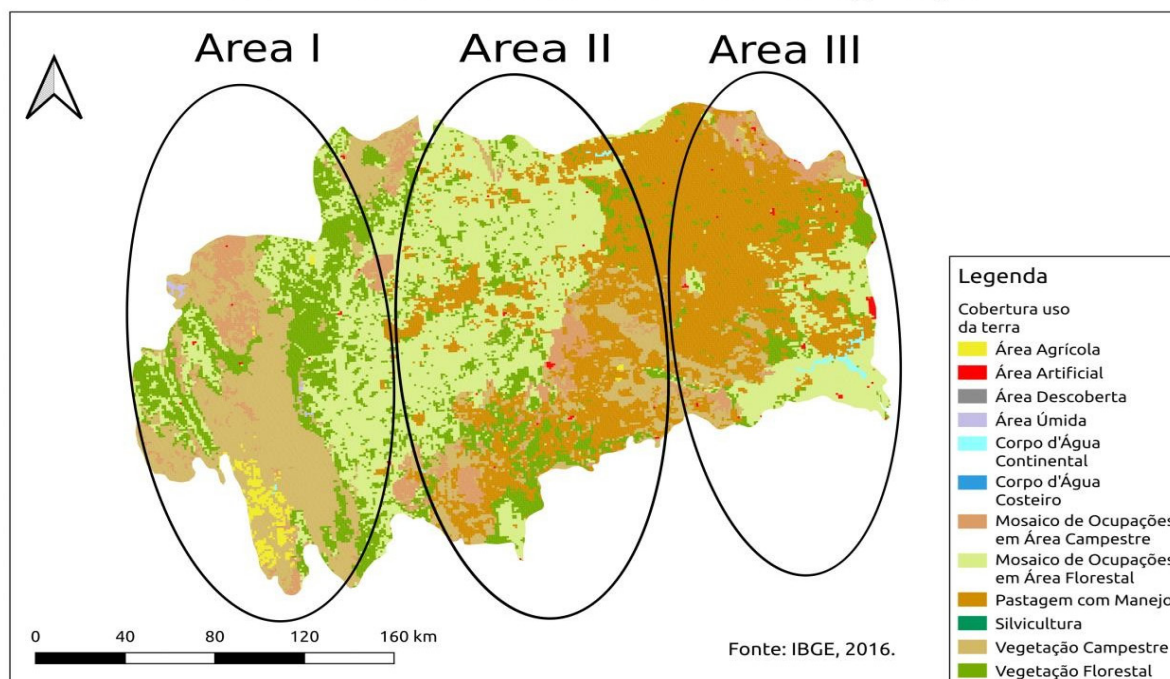
A Bacia do Paraguaçu é uma área extensa que representa quase o 10% da área do Estado da Bahia. O Mapa 1 ilustra a bacia em três áreas principais. A primeira delas compreende a nascente do rio na Chapada Diamantina. Abarca vários municípios situados nesta região, caracterizada por precipitações médias e altas. Acima do Parque Nacional da Chapada Diamantina, no município de Mucugêe Ibicoara, situa-se o agropolo mais importante da bacia, consolidado a partir dos 80 junto com a construção de importantes infraestruturas hídricas como a barragem do Apertado.

A área II da bacia caracteriza-se pela predominância das pastagens e por ter níveis de precipitação baixos. Segundo os dados do IBGE, as áreas de pastagem e de mosaico florestal -de 50% a 75% de área de agricultura ou pastagens em área de caatinga- supõe o 64% do território da bacia (IBGE, 2016). As áreas de pastagens tem aumentado com os anos, amplia de 34% em 1985 para 45% em 2017. Igualmente, esta mudança tem se realizado de maneira considerável em detrimento das áreas ocupadas por mata atlântica (MAPBIOMAS, 2019).

Historicamente, as fazendas de gado se instalaram neste território realizando uma função complementar às necessidades dos engenhos do litoral. A economia do boi e do couro foi central nesta área do semiárido até mais da metade do século XX. Atualmente, localizadas ao longo do rio, encontram-se algumas tentativas incipientes de desenvolvimento de agropolos, como no caso de laçu.

Por último, a área da foz do rio Paraguaçu está dominada pela mata atlântica. É a mais úmida das três e nela convergem grandes empresas, comunidades quilombolas e camponesas.

Uso do solo na bacia do Paraguaçu



Mapa : Uso do solo na Bacia do Paraguaçu

É uma área onde combinam-se conflitos de vários tipos, vinculados à instalação de monoculturas de eucalipto e/ou bambu, grandes projetos industriais e hidrelétricas. Estes conflitos ameaçam os meios de vida das comunidades, dedicadas ao marisco, à pesca ou à agricultura familiar, devido à poluição, à expropriação das terras e ao aumento da violência.

Como comentávamos anteriormente, o texto centra-se nos impactos da expansão do agronegócio na Bacia, especialmente na parte alta e média (áreas I e II). Antes de entrar em detalhe na análise de cada um destes espaços, é importante levar em conta algumas questões vinculadas à falta de informação disponível sobre a vazão e a captação de água na Bacia em seu conjunto. Em primeiro lugar, a informação sobre as outorgas concedidas pelo Estado é de muito difícil acesso. As outorgas são obrigatoriamente publicadas no Diário Oficial do Estado, mas não estão sistematizadas num arquivo, tabela ou mapa onde possam ser consultadas pelo público. A equipe da CPT já encaminhava pedidos ao INEMA, autoridade competente nesta área, para conseguir estes dados, mas ainda não obtiveram resultado.

No entanto, mesmo se esses dados fossem disponibilizados, as outorgas oficialmente concedidas estariam longe de oferecer um retrato completo devido aos poços e captações não regularizadas. Numa estimativa do Instituto Nascente do Paraguaçu, a informação oficial apenas representa o 30% da água que é efetivamente usada na bacia (ENTREVISTA 1, 2019). Isto faz com que a clandestinidade seja um dos maiores problemas na hora de levantar informação confiável.

Numa tentativa não de ter um cálculo preciso do uso da água mas sim das tendências gerais sobre como está distribuída, a equipe da CPT está sistematizando a informação do Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos (SEIA). Nesta plataforma é possível encontrar os processos tramitados ou em trâmite das outorgas processadas pelo Estado desde 2012. O Mapa 2 mostra as outorgas registradas através do SEIA nos municípios que compreendem a bacia, em função de sua data de tramitação. Este mapa permite-nos apreciar como as áreas delimitadas anteriormente concentram uma quantidade importante de outorgas tramitadas recentemente. A presença de muitas outorgas concedidas nos últimos anos nas áreas I e II - cor verde escura

serve de confirmação da expansão do agronegócio nos espaços abordados.



Mapa : Outorgas tramitadas na bacia do Paraguaçu, 2012-2019

A continuação, seguiremos o curso das águas do rio desde a nascente para analisar a situação de cada um destes espaços. Ofereceremos uma visão dos problemas que o agronegócio está causando, caracterizaremos a forma pela qual se desenvolve o processo de expansão das empresas e faremos um esboço da maneira pela qual o discurso deste se consolida hegemonicamente como o único modelo de desenvolvimento possível para os territórios. Aprofundaremos também nas contradições desta expansão, que incluem o esgotamento dos recursos, a precarização das relações de trabalho no campo, e as ameaças às bases materiais de reprodução de povos e comunidades. Procuraremos finalmente dar voz àqueles diretamente afetados por estes conflitos.

O agronegócio na nascente

Durante o processo colonial, o Alto Paraguaçu se tornou lugar fuga do povo negro, indígenas e famílias camponesas das garras do patrão e da opressão. O pé de serra, as margens dos rios se tornaram o refúgio da violência por sua localização estratégica e a possibilidade de produção. Com o tempo, consolidaram-se os minifúndios longe dos olhos dos coronéis (MOREIRA, 2018). O rio também serviu como meio de transporte na época do garimpo, facilitando a chegada dos colonos e a extração de madeira e minerais. A pesar de forte ocupação, a propriedade da terra manteve-se concentrada nas mãos de poucos até a segunda metade do século XX (MUCUGÊ MIRANDA, 2012; PEREIRA DOS SANTOS, J., 2010).

A chegada do agronegócio no alto Paraguaçu começou na década dos 80. O desenvolvimento de tecnologias e técnicas de cultivo, junto com a abundância de água, foram fatores importantes para que as empresas deste setor considerassem este espaço como estratégico para produzir batatas e outros produtos. As empresas maiores combinam capital nacional e internacional, incluindo participação japonesa ou chinesa. É o caso do grupo Igarashi, presente em vários municípios da bacia -Mucugê, Ibicoara, Palmeiras, Nova Redenção entre outros- e também nas grandes áreas de cultivo de commodities do cerrado, a exemplo de Correntina.

A construção da barragem do Apertado na década dos 90 pode ser considerada como o auge do crescimento do agronegócio na região. A barragem foi fundamental na captação de água para irrigação dos cultivos destas empresas. A construção desta obra por parte da Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia (CERB) é também um claro sintoma do papel que joga o Estado para viabilizar o setor. Ao assumir seu papel como condutor do denominado desenvolvimento, as instituições estatais fornecem a infraestrutura fundamental que torna o investimento privado rentável. Da mesma forma, os municípios acolhem este tipo de iniciativas e as legitimam em nome do crescimento e sobretudo em nome da suposta geração de empregos no âmbito municipal.

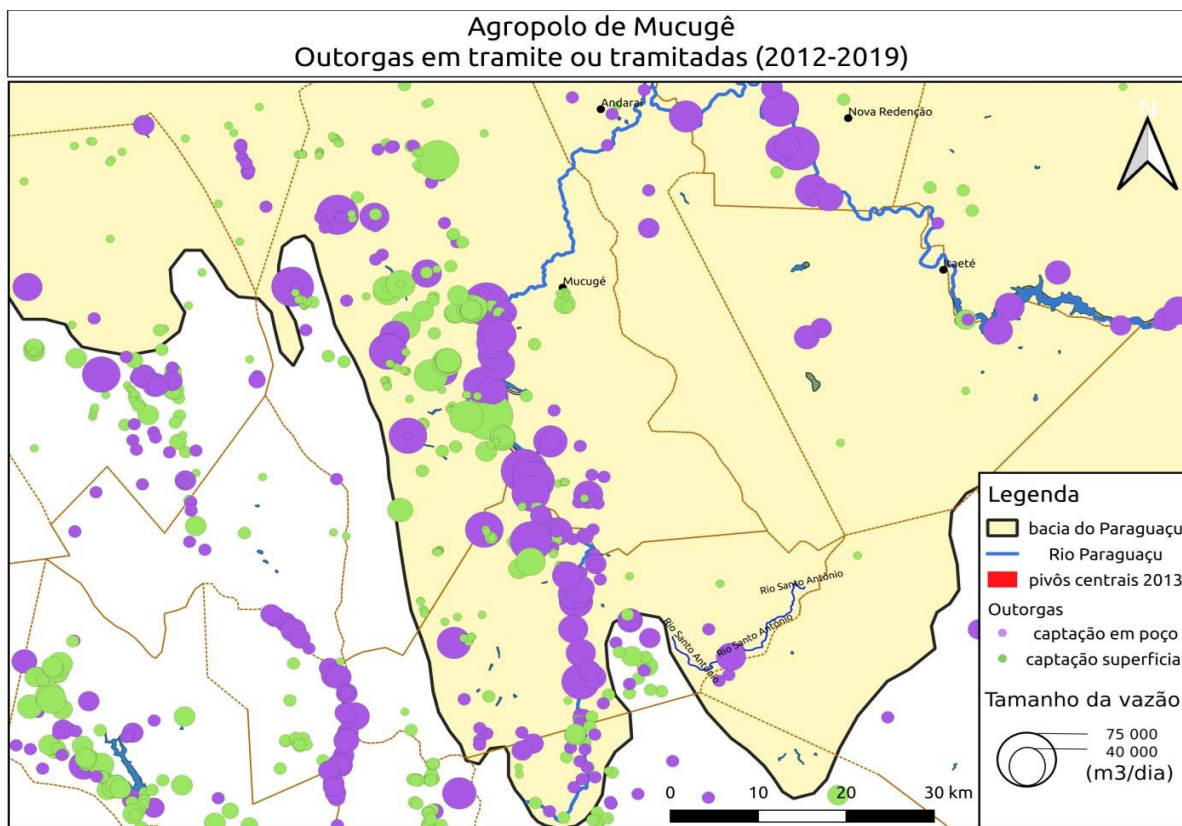
No entanto, existem vários fatores que colocam em questão a sustentabilidade deste modelo. Como é sabido, existe uma ampla literatura que mostra que este tipo de produção agroempresarial tende ao uso predatório dos recursos naturais, subalterniza às comunidades e coletivos que tratam de construir seus projetos de vida de maneira autônoma e tem um impacto relativamente modesto na economia local referente a fixação de valor e uso de mão de obra (GIRALDO, 2018; KAY, 2009; KAY; VERGARA-CAMUS, 2018). Referente ao primeiro destes elementos, o uso crescente de água para irrigação tem causado sérios problemas de abastecimento. A distribuição para a área urbana de Mucugê esteve interdita em 2017, obrigando ao uso de poços tubulares para garantir a disponibilidade de água (DOURADO, 2018). Neste sentido, durante o percurso da Caravana, Danielle Vilar, do Instituto Nascente do Paraguaçu, expôs que o volume da água da barragem atinge apenas 10% de sua capacidade máxima. A ativista relatou adicionalmente

como as crises hídricas causada pelo uso irracional deste recurso continuam sem ser consideradas devidamente pelas autoridades públicas, especialmente pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paraguaçu, ponto que retomaremos no final deste texto.

Como foi colocado anteriormente, a falta de dados e de transparência gera muitas dúvidas sobre o uso da água na região. As empresas são suspeitas de se beneficiar com um tratamento privilegiado na hora de obter licenças ambientais. Por outro lado, as companhias usam estrategicamente o discurso da clandestinidade das retiradas de água, por parte das comunidades, para se defender sobre as acusações pelos problemas da crise hídrica. Argumentam que suas captações estão legalmente registradas e que o problema da falta de água reside nos pequenos produtores que captam o recurso por fora de lei. Nas conversações durante a caravana ouvimos com muita frequência que certos grupos são priorizados em detrimento de outros e que não se compreende o critério pelo qual se estabelecem os volumes das vazões outorgadas. Todas estes elementos geram dúvidas sobre a justiça e transparência dos processos de licenciamento. As empresas tem uma grande capacidade de influencia nos âmbitos políticos estadual e municipal -o secretário do governador do Estado, numa reunião convocada para tratar dos problemas da falta de água enfatizou que "o governador não estava disposto a abrir mão do desenvolvimento" (ENTREVISTA 2, 2019). Ainda mais, as corporações conseguem construir em seu favor o discurso sobre os problemas do território e suas saídas, impõem o uso de categorias legítimas e abstratas (crescimento, geração de empregos, captação de investimentos privados, etc.) que ocultam grande parte dos problemas vividos da população, ligados com a depredação e roubo dos recursos naturais, com a falta de cumprimento dos direitos trabalhistas ou com o déficit democrático e ingerência do Estado referente ao manejo dos recursos públicos. Adicionalmente, os conflitos são mais intensos nas áreas das comunidades tradicionais.

O Mapa 3 mostra o espaço conformado pelo agropolo. Ressaltam-se os pivôs centrais utilizados até 2013 e as outorgas tramitadas ou em tramitação segundo o SEIA, ressaltadas segundo seu tipo -superficial ou subterrânea- e vazão. A extensa área de pivôs centrais se abastece em grande parte da água da barragem. Os empresários rejeitam estas acusações de

superexploração da água argumentando que, neste último período, estes subsistemas de irrigação estão funcionando no nível mínimo. No entanto, grandes outorgas continuam sendo concedidas aos grupos empresariais, como ao citado Igarashi, por mais de 25.720 m³ por dia (DOEBA, 2018).



Mapa : Outorgas tramitadas na bacia do Paraguaçu, 2012-2019

A expansão do agronegócio ao longo da bacia

O crescimento do agronegócio na região do médio Paraguaçu começou nas últimas duas décadas. As empresas se espalharam a procura de água e terras nas regiões de clima semiúmido e semiárido aptas para cultivos de frutas e hortaliças. A Caravana visitou a sub-bacia do Rio Utinga e os municípios de Iacu, Itaetê e Nova Redenção, áreas onde a presença das companhias são mais evidentes.

a) As monoculturas no rio Utinga

O rio Utinga descarrega suas águas no Santo Antônio, um dos principais afluentes do Paraguaçu. Atravessa vários municípios, onde se situam assentamentos da

Reforma Agrária (Lençóis, Lajedinho e Wagner), comunidades quilombolas (Andaraí e Lençóis) e povos indígenas (Utinga). Todos eles se abastecem do rio Utinga para suas atividades produtivas e reprodutivas. Existem de fato várias iniciativas comunitárias ligadas à agricultura familiar e produção de viveiros para as quais o acesso às águas do rio é fundamental.

Por outro lado, o crescimento do agronegócio em Utinga e Wagner está associado majoritariamente com o cultivo de bananas, mamão e manga. Estas culturas têm aumentado muito nos últimos anos, captando a água do rio praticamente desde a nascente. Segundo Dourado:

As bombas se multiplicam para alimentar os sistemas de irrigação ao longo do rio Utinga, onde concentra grande parte das monoculturas de mamão e banana. Nos últimos 10 anos houve um aumento do plantio irrigado, de culturas que absorvem um grande volume de água, passando de aproximadamente 200 para mais de 1.000 hectares. Isso é equivalente a mais de 2 milhões de pés de banana, que para manter sua produtividade necessita, para cada planta, 40 litros de água por dia. Sem controle, plano de manejo ou fiscalização, boa parte dessas bombas para irrigação não possui sequer outorga de uso da água (DOURADO, 2018).

Os problemas de abastecimento de água do Utinga começaram em 2015. Nas épocas de menos chuva, o rio começou a ser afetado em trechos cada vez maiores e em 2018 secou completamente duas vezes, o que provocou o fechamento da BR-242 por parte dos pequenos produtores. Wilson Piannisola, liderança do assentamento São Sebastião de Utinga, atribui estes problemas ao grande crescimento do agronegócio na região. Segundo ele, o plantio de banana “passou de 250 mil pés para 2,5 milhões [desde 2015 até 2018], fora o plantio de manga que vem crescendo” (JORNAL GRANDE BAHIA, 2019). Desde 2015 até 2018, houveram muitas reuniões entre camponeses, assentados, indígenas e produtores empresariais sem sucesso. No período da maior crise durante 2017, o INEMA determinou o corte temporariamente de captação de água pela metade, redução de 50% da vazão das bombas. Porém, as autoridades reconhecem que ainda hoje as captações registradas são maiores que a capacidade de carga do rio (SEMA, 2019).

No entanto, o próprio Wilson, quem participou na parada que a Caravana fez em seu assentamento, nos contava que os compromissos que os grandes produtores assumiram nas reuniões não são cumpridos. Atualmente estão preocupados porque tem suspeitas de que os produtores de banana estão visando a construção de pequenas barragens, espalhadas ao longo do rio para se apropriar da água. Existe o temor de que estas obras não sejam devidamente fiscalizadas e que, como já aconteceu no passado, seriam os pequenos produtores os mais afetados. Vale lembrar que durante a crise de 2017, os movimentos se queixaram que o INEMA inspecionou majoritariamente aos camponeses que usavam bombas clandestinas, enquanto as captações das grandes plantações foram poupadas (ENTREVISTA 3, 2019).

A mirada que desde a ecologia política estãse tratando de desenhar neste texto frisa a importância que o Estado tem na hora de reforçar a maneira pela qual os passivos ambientais gerados pelo agronegócio afetam aos menos favorecidos enquanto que o lucro fica nas mãos de uns poucos. Contudo, é preciso lembrar também que o Estado é contraditório. Com sua necessidade de obter legitimidade social no território, e ao mesmo tempo facilitar o processo de acumulação, aparecem pontos de fratura, aberturas que os atores locais tentam aproveitar. Os líderes Payayas e os assentados nos explicaram durante a Caravana o processo de formulação de um projeto de recuperação florestal das matas ciliares da sub bacia do Utinga aprovado pela SEMA e o INEMA recentemente. Os termos do projeto foram elaborados em grande parte através da parceria que existe entre alguns funcionários e os líderes sociais, o que permitiu que seu desenho considerasse melhor as necessidades e problemáticas de estes últimos. O projeto, executado pela empresa AgroTopo, visa reflorestar 110 hectares da sub bacia do Utinga. O fornecimento e parte da mão de obra para realizar esta tarefa vai ser disponibilizado por viveiros locais e os agricultores familiares dos assentamentos próximos (CÁRITAS BRASILEIRA, 2017).

No entanto, é preciso colocar estas tentativas dentro de contexto e apontar àquilo que ocultam. Parece evidente que este tipo de projetos estão pensados para comprar a paz social no território -mesmo que possam fracassar neste objetivo. Não supõem portanto ações que modificam a desigual distribuição da riqueza produzida em sociedade, nem dos recursos naturais que a embasam. Aliás, o projeto estabelece unicamente o reflorestamento nas áreas dos assentamentos e não naquelas ocupadas pela monocultura. As aparências -um projeto de reparação meioambiental com importante participação social- não permitem enxergar com nitidez o que estáomitido -a possibilidade da construção de iniciativas que afetem às raízes dos problemas e que contribuíssem a uma maior justiça social. Tudo isso enfatiza a importância de uma leitura complexa dos efeitos e implicações deste tipo de tentativas. Longe de achar que se tratam de projetos que vão conciliar os interesses contrapostos em jogo e solucionar os conflitos, é necessário encaixar estas iniciativas dentro de seus próprios limites.

b) Novas fronteiras agrícolas e o surgimento de outros agropolos

Várias empresas cujas ações causaram os problemas de abastecimento de água em Mucugê estão multiplicando suas atividades para outros municípios, concretamente em Itaetê, Nova Redenção, Iaçú e Itaberaba, no médio Paraguaçu. As empresas descem pelo rio para encontrar novos espaços onde reproduzir o mesmo esquema de exploração. Este movimento tem um forte caráter especulativo, que envolve processos de valorização de terras (e águas) e incrementa as pressões de expulsão dos camponeses que trabalham com agricultura familiar e de subsistência.

Durante a Caravana realizamos uma oficina em Iaçú e Nova Redenção, onde pudemos ter uma percepção mais aproximada dos problemas hídricos da região. O agropolo de Iaçú formou-se há poucos meses. Um de seus representantes que participou do encontro nos explicava que o agropolo foi criado com o objetivo de estabelecer vínculos de ajuda entre os empresários. Preocupava-lhes as sanções das autoridades ambientais e queriam se fortalecer para lidar com os protocolos e tramites estabelecidos pela lei. Nesta área, o agropolo está conformado apenas por 20 sócios, um número consideravelmente menor que outras associações semelhantes.

Durante a conversa, chamou nossa atenção como, apesar de se tratar de um empresariado rural incipiente, assumem-se as mesmas linhas discursivas dos grandes produtores. O representante do agropolo nos relatou sobre os problemas que tem com a mão de obra da região, a burocracia estatal e sobre seu grande papel na região como criadores de emprego e desenvolvimento. Repetiram-se os argumentos de trabalhadores pouco disciplinados, de um estado que dificulta o empreendedorismo, e de um senso de responsabilidade superior que exige entendimento por parte da sociedade. Assim, um grupo que de forma objetiva se diferencia socialmente a respeito dos grandes empresários de Mucugê e não digamos dos de Barreiras, Luis Eduardo Magalhães e a região do Oeste Baiano - termina por assimilar os mesmos argumentos. Produz-se um processo de identificação, de construção de subjetividades, que iguala interesses e objetivos políticos que não teriam por que ser homogêneos.

Um processo similar pode ser observado no discurso de funcionários públicos e técnicos de alguns municípios e instituições estaduais. Para estes personagens, tal como foi constatado na oficina realizada, os problemas da água estão principalmente vinculados com a falta de tratamento do esgoto das cidades ou com um potencial turístico em risco devido à poluição dos rios e o deterioramento das belezas naturais. Sem negar a importância destes fatores, este tipo de visão reflete mais uma perspectiva distorcida, afastada do vivido pelas populações cujo sustento depende do acesso à água. Um tipo de visão que banaliza questões centrais vinculadas as crises hídricas atuais. Estes pontos estão profundamente arraigados numa ecologia política dos conflitos territoriais. Trata-se de colocar em questionamento as bases da produção e reprodução social da vida, de apontar aos efeitos de um modelo que precariza o trabalho ao tempo que se apropria dos recursos naturais que garantem a autonomia dos povos, que polui e expulsa às populações.

Os mecanismos institucionais e o papel da sociedade civil organizada

Uma discussão que apareceu constantemente ao longo da Caravana tinha a ver com os mecanismos estatais e a falta de cumprimento da lei de gestão de recursos hídricos por parte de empresários e autoridades públicas. Além das disposições gerais estabelecidas na Lei de Águas que versam sobre os tipos de uso prioritários e o interesse coletivo (amparadas na Constituição Federal), existem outros mecanismos de direito de âmbito estadual que supostamente deveriam garantir os direitos da população ao uso da água. Especificamente, a lei no. 6.855/1995, que dispõe sobre a política, gerenciamento e plano estadual de recursos hídricos, visa a criação dos planos de manejo para todas as bacias da Bahia. No entanto, ainda hoje a bacia do Paraguaçu não conta com um plano de manejo que sirva de referência para determinar os abusos e excessos que são cometidos.

De fato, dentro da própria esfera estadual, parece haver disputas internas neste sentido. A suspensão do 50% do volume de captação do rio Utinga mencionada anteriormente, decretada pelo INEMA a finais do ano 2017 após a seca do rio, estabelecia um racionamento de água em alternância dos grandes produtores – um dia sim, outro não. Porém, o próprio governo do Estado suspendeu esta medida, atendendo as petições dos empresários. Da

mesma maneira, durante as inspeções que o INEMA realizou nessa mesma época para controlar o uso de bombas clandestinas nas áreas dos assentamentos, os funcionários desta instituição derrubaram inclusive os barramentos construídos pelo próprio INCRA para facilitar as captações de água dos camponeses. Estes mostravam sua indignação e estupefação com as ações das autoridades, um fazer e desfazer que mostra como na esfera estatal se sobrepõem escalas e interesses por vezes contraditórios que acrescentam a sensação de desconfiança dos menos privilegiados.

O mecanismo principal que teoricamente deveria servir para estabelecer as prioridades do uso da água e lidar com os conflitos é o comitê de bacia. As alusões a este comitê foram constantes durante a Caravana -vários dos integrantes atendem regularmente as reuniões – e remetiam sempre a uma queixa sobre a falta de representatividade e democracia interna em seu interior. O comitê integra atores e grupos com diferentes projetos políticos para os quais conceitos como participação, governo ou políticas públicas tem significados distintos. Na hora de conceber a emergência deste tipos de mecanismos de gestão hídrica no Brasil do começo do século XXI, (PEREIRA DOS SANTOS, M. E.; MORALES SAMPAIO; ALVAREZ ROSSI, 2005) distinguem entre várias correntes. A primeira compreende uma visão mais gerencialista, embasada nos princípios da governança neoliberal que prioriza a incorporação de mecanismos de mercado para a gestão das águas. Esta corrente foi impulsionada por organismos internacionais e empresas para descentralizar o Estado e terminar com uma concepção da gestão baseada no comando centralizado próprio de épocas anteriores. A segunda vertente tem um embasamento mais social e, compartilhando parcialmente a crítica sobre a excessiva centralização e concentração do governo, coloca como prioritária a necessidade de uma redemocratização das instituições públicas. Esta decorreria da participação de atores sociais que tradicionalmente tem sido excluídos dos mecanismos de tomada de decisões e desse suposto efeito integrador atribuído aos mercados.

Com isso, é importante considerar que o funcionamento concreto do comitê não está predeterminado em função de seu suposto desenho teórico prévio, tal e como os funcionários públicos defendem, senão que depende fundamentalmente das relações de força que o compõem. Segundo pudemos

ouvir, na prática o comitê funciona a favor dos interesses dos grandes empresários agrícolas e dos gestores das hidrelétricas. A própria concepção de usuários está imbuída de noções pertencentes à proliferação do discurso sobre governança neoliberal. Encarna uma mistificação política, a ideia de que estes usuários sem história, classe, raça ou gênero conseguem se sentar e encontrar um acordo comum. Constitui na verdade a negação do conflito político entre interesses e atores confrontados, atores que estão vinculados entre si por todo um emaranhado de relações históricas e de poder que são encobertas quando se juntam na mesa de negociação. Desta forma, oculta-se uma agressiva política em favor dos grandes investimentos privados e das atividades do agronegócio.

Para as pessoas que entrevistamos, a falta de representatividade da entidade se explica pela falta de cadeiras para a grande quantidade de comunidades pertencentes à bacia. O problema da representação se mostra aqui como o conflito envolvido na tentativa de projetar no abstrato um espaço tão complexo. O comitê da bacia, na sua atual estrutura, deixa de fora a muitos atores sociais que vivem realidades diferenciadas e que nem sempre tem a mesma percepção dos problemas e prioridades. Podemos entender ao comitê como a tentativa do poder, do oficial, de construir um espaço -a Bacia Hidrográfica do Paraguaçu- que no entanto fica longe da cotidianidade das pessoas, embora suas decisões lhes afetem diretamente.

Talvez uma das contribuições mais significativas da Caravana foi tentar realizar uma aproximação com as bases. A Caravana se propôs como uma tentativa de construção de um espaço compartilhado entre pessoas que estão perpassadas pelo fluxo comum das águas, mas que nem sempre tiveram a oportunidade de tornar concreto aquilo que compartilham. Com vivências tão diferentes, marisqueiras da reserva extrativista do Iguape e camponeses do Alto Paraguaçu puderam conversar e conhecer seus respectivos espaços de vida. Conseguiram entender e vivenciar as formas em que todos são afetados pelas intervenções no rio ao longo de sua trajetória, pela escassez de água, pelos entraves burocráticos, pela falta do pescado, pelos grandes projetos das empresas ou do Estado. A Caravana tornou-se um momento de percepção, de reflexão sobre como construir desde baixo um espaço mais democrático. Vista como processo, a Campanha de Conservação da Bacia Hidrográfica do rio Paraguaçu

entra agora na fase de pensar as possibilidades de transformação e construção popular dos espaços de tomada de decisões que afetam ao rio e aos seres que dependem dele. Faz-se necessário refletir e colocar em prática vias de autogestão, para que os direitos territoriais estejam sob o controle das comunidades e povos. Só a partir deste tipo de iniciativas poderemos pensar na construção de espaços comuns e de desenhos institucionais mais justos e inclusivos.

Referências

CÁRITAS BRASILEIRA. Plano de ação em defesa do Rio Utinga e da Bacia do Paraguaçu será discutido. Caritas Brasileira Regional NE 3, [S.l.], 23 ago. 2017. Disponível em:

<<http://ne3.caritas.org.br/sociedade-civil-poder-publico-se-mobilizam-por-plano-de-acao-em-defesa-rio-utinga-da-bacia-paraguacu/>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

DOEBA. Portaria N.16.747.

DOURADO, C. OS TERRITÓRIOS CAMPONESES NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAÇU, NA BAHIA-BRASIL E AS AMEAÇAS PELA POLÍTICA AGRONEGÓCIO. Diálogos Textos breves sobre desarrollo rural solicitados por el IPDRS, 2018.

ENTREVISTA 1. Entrevista com Daniele Villar. ENTREVISTA 2, E. 2. Entrevista com agente da CPT. ENTREVISTA 3. Entrevista Wilson Piannisola.

GIRALDO, O. F. Ecología política de la agricultura: agroecología y posdesarrollo. Primera edición ed. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas: ECOSUR, 2018.

IBGE. Dados sobre uso do solo.

JORNAL GRANDE BAHIA. Agricultores da bacia do Utinga manifestam preocupação com vazão do rio | Jornal Grande Bahia (JGB), portal de notícias com informações de Feira de Santana e Salvador. Jornal Grande Bahia (JGB), [S.l.], 15 mar. 2019. Disponível em: <<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2019/03/agricultores-da-bacia-do-utinga-manifestam-preocupacao-com-vazao-do-rio/>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

KAY, C. ESTUDIOS RURALES EN AMÉRICA LATINA

Estudios rurales en América Latina en el periodo de globalización neoliberal: ¿una nueva ruralidad? Revista Mexicana de Sociología, 2009. v. 71, n. 4.

KAY, C.; VERGARA-CAMUS, L. (Org.). La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: campesinos, agronegocio y neodesarrollismo. Primera edición ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

MAPBIOMAS. Coleção biomas v.3.1.

MOREIRA, G. Sertões contemporâneos: rupturas e continuidades. Salvador: Edufba, 2018.

MUCUGÊMIRANDA, R. Questão Agrária em Ibicoara-BA: antes e depois da barragem do apertado. XXI Nacional de Geografia Agrária, [S.l.], 2012.

PEREIRA DOS SANTOS, J. A CPT E A LUTA PELA TERRA NA DIOCESE DE RUY BARBOSA.

PEREIRA DOS SANTOS, M. E.; MORALES SAMPAIO, R.; ALVAREZ ROSSI, R. Gestão das águas e participação no Comitê da Bacia do Rio Paraguaçu. [S.l.], 2005.

SEMA. Sema e Inema participam de debate na Alba sobre a Revitalização do rio Utinga.

Secretaria do Meio Ambiente - Governo da Bahia, [S.l.], 2019. Disponível em:

<<http://www.meioambiente.ba.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=11720>>.

Acesso em: 24 ago. 2019.